Acervo ISA

PUBLICADO EM: 27 JUL 1995
LUX JORNAL
1749 (190) 395

Demarcação é discutida entre Governo e Igreja

A decisão foi anunciada pelo porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso vai convidar representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão ligado à Igreja Católica, e de outras entidades ligadas à defesa dos índios para discutir a reformulação do processo administrativo de demarcação de terras indígenas.

A iniciativa foi anunciada anteontem pelo porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral. O ministro da Justiça, Nélson Jobim, e FHC estiveram reunidos pela manhã para discutir a alteração do decreto 22, que trata do processo administrativo de demarcação das terras indígenas. O Cimi e algumas organizações não-governamentais (ONGS) têm feito críticas à modificação do decreto 22, argumentando que a alteração do texto representa uma ameaça às terras indígenas. Amaral disse que pelo menos 65 áreas, num total de 20 milhões de hectares, poderão ter seus territórios alterados.

Segundo o porta-voz, a discussão em torno dos novos critérios para a demarcação das terras indígenas não representa uma ameaça de atraso no processo de delimitação das áreas reivindicadas pelos índios. "O presidente quer acelerar a demarcação das terras", disse. A disposição do governo de alterar o decreto já havia sido anunciada por Jobim, há dois meses. O ministro alega que o atual texto legal não assegura o direito de defesa àquelas pessoas que se sentem prejudicados com a delimitação das áreas reivindicadas pelos índios.

AC

Sérgio Amaral, porta-voz, revelou a vontade do Governo na discussão

Sérgio Amaral lembrou que dois mandados de segurança impetrados no Supremo Tribunal Federal (STF) vêm questionando a constitucionalidade do decreto, exatamente por não assegurar o contraditório no processo administrativo. O porta-voz afirmou que o governo quer se antecipar a uma possível decisão contrária do STF ao decreto, que poderia inviabilizar a demarcação das terras indígenas feitas depois de 1988. O próprio Jobim tem dito que o decreto é inconstitucional.

Atualmente, o Ministério da Justiça declara a demarcação das áreas de acordo com laudo antropológico da Funai. As contestações, quando existem, são levadas à Justiça, provocando atrasos na conclusão dos processos. Jobim vem argumentando que a mudança do decreto vai permitir que as contestações ocorreram ainda na fase administrativa, cabendo a decisão final ao ministro da Justiça, que terá prazo de 30 dias para se pronunciar.

O governo pretende utilizar fotografias aéreas feitas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) nos últimos 30 anos para poder resolver os conflitos em torno da posse de propriedade. "Vai ser possível afirmar com segurança absoluta que em determinada área do país, onde há conflito de interesse por causa da posse da terra, os índios estão ou não instalados a 15 ou 20 anos", observou Jobim.